

Roma negra vence Atenas, mas não o enigma brasileiro

Black Rome conquers Athens, but not the Brazilian enigma

Antonio Luigi Negro

Professor de História/Universidade Federal da Bahia.
negro@ufba.br

Ana Cristina Rocha

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde/Fiocruz.
anasmrocha@yahoo.com.br



ROMO, Anadelia. *Brazil's living museum: race, reform, and tradition in Bahia*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2010. 221p.

Um ótimo e atraente livro para os diálogos entre história social, antropologia, estudos africanos e museologia. Em *Brazil's Living Museum: Race, Reform, and Tradition in Bahia*, Anadelia Romo oferece ao leitor uma pesquisa contra o determinismo.¹ “Demografia não é destino”,² alerta. E se propõe então a desvendar “como e quando a Bahia veio a reinventar-se em meio a um século turbulento que inverteu boa parte do conhecimento consensual sobre raça, cultura e a natureza da herança africana” (p.2). Com efeito, o fato de Salvador trazer consigo o realce de uma cidade negra fora da África não é uma consequência inevitável do modo como foi povoada desde sua fundação, em 1549. Na verdade, no seu quarto centenário (1949), a capital comemorou o destaque da “mais típica cidade portuguesa do Brasil” (Azevedo, 2009, p.186), orgulhando-se, em acréscimo, da autoimagem de “Atenas brasileira” (p.5). Atenas altaneira, de valores aristocráticos, liberal nas atitudes, tolerante na

crença, cordial nos afetos, guerreira em nome da terra lusa de que era berço. Assim se viam ao se olhar no espelho fazendeiros e fidalgos. Esses herdeiros oitocentistas da conquista real lusa legaram aos seus descendentes a sapiência – e o gosto – de nutrir uma democracia entre os iguais, uma democracia apenas para os iguais. A eles, porém, cabia conviver com ímpares.

Dentro ou fora de suas mansões urbanas ou rurais, havia um contingente populacional nada branco, pouquíssimo letrado, muito pouco ocioso, nada rico, pouco influente politicamente. Acrescentavam as classes dominantes que tal contingente era desprovido da capacidade de deliberar com juízo sobre quem devia fazer o quê. Se não podia ser racional, isto é, se não sabia usar a liberdade para fazer escolhas, não podia ser cidadão (deduziam). Os negros lhes pareciam aferrados a alguma sujeição, que podia ser religiosa (a posseção diabólica), étnica (o primitivismo africano), social (a falta de instrução), econômica (a marginalidade) e política (a lealdade cega a um chefe político). Nesse sentido, o livro de Anadelia Romo, mostra como a Roma Negra – expressão cunhada por Mãe Aninha em 1937 – se elevou para impor-se aos atenienses. A maioria afro-descendente da

cidade, como já mencionado, não era garantia de nenhuma supremacia determinada pelo seu maior número. Foi preciso esforço e perseverança – além de paciência –, inclusive no terreno da disputa cultural. Feito difícil, já que o “enigma brasileiro” (p.8) socorre Atenas. Bilaterais, as relações raciais brasileiras dividem-se ao longo de um muro de exclusividade em algumas esferas enquanto, em outras, nota-se sua ausência, ou seja, embora em certas esferas (a mestiçagem ou o plano identitário) não haja interditos raciais claros, em outros âmbitos, as divisões sociais (instrução, bem-estar etc.) acompanham com nitidez as demarcações de cor, perfazendo raças.

A autora, no primeiro capítulo, não deixa passar despercebidas não só a desistência, mas também – e pior – a deliberação de engavetar a legislação referente à educação primária do governo de Manuel Vitorino (1889-1890). Nele, uma lei de dezembro de 1889 determinava que a instrução básica fosse “livre, obrigatória e secular”. “Cada um destes ditames”, observa Romo (p.22, 24), “eram em si mesmos revolucionários. Juntos, ameaçavam a hierarquia tradicional”. Ela situa nessa iniciativa de Vitorino as razões para sua subsequente deposição, logo sucedida pela atitude do novo governo de desobrigar-se da educação. Como se vê, a Atenas brasileira era ciosa na sua prática de deter o acesso das massas à política, barreira rebocada com a exigência de alfabetização aos eleitores. Outra consequência dessa iniciativa foi minar as bases do desenvolvimento de uma imprensa negra na Bahia. Tal lacuna foi suavizada – vale notar aqui – pela presença da imprensa operária da Primeira República, que, óbvio, era escrita e impressa por negros. Em segundo lugar, diversamente de Azevedo, Romo não afirma que “o negro na Bahia ficou mais ligado à escravidão, menos alfabetizado, menos politizado”, de modo que jornais e movimentos animados por negros, na Bahia, “não contaram muito”, tendo sido marcantes apenas nos estados do Sul (Azevedo, Consorte, Maio, 1996, p.168).

Romo abre o capítulo 2 com luminosa epígrafe. Mãe Aninha, mãe de santo de candomblé, invoca a Roma Negra da Bahia. O ano é 1937, o mesmo do Segundo Congresso Afro-Brasileiro, em Salvador, sucedâneo do de Recife (1934). Com esse gesto de poder, Mãe Aninha como que enfrentou publicamente as autoridades que perseguiram os terreiros, em desrespeito à lei que garantia liberdade de culto. Romo, além disso, faz notar as intensas disputas entre intelectuais. A estrela em ascensão de Gilberto Freire – admirado como pessoa e como autor – não chegou a cegar Arthur Ramos e Edison Carneiro. Nessa rivalidade entre os congressos afro-brasileiros de 1934 e 1937 – em que, segundo a autora, Freyre é atingido –, a Bahia ateniense também perde, pois o autor de *Casa-grande & senzala* louvava a ‘Virgínia brasileira’, outro título conferido à Bahia; outra forma de distinguir a província da grande lavoura que vivia do trabalho escravo e, no luxo das residências senhoriais, alimentava a elegância das maneiras e a erudição de astutas raposas da corte imperial. Enquanto isso, na intimidade, gozava o prazer da mestiçagem.³ Isso deixava o comunista Carneiro inquieto. Perspicaz para ir além da crítica social imediata, ele também percebeu que o candomblé era, dentre outros aspectos, uma forma de os pobres baianos se organizarem horizontalmente, sem dispensar a amizade de homens da elite, a começar por ele mesmo, que era ogã em terreiro (p.78).

O capítulo 3 – “Preservando o passado” – mostra como a fidalguia baiana dispunha de herdeiros. Na esteira do sucesso do Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, imagens da

negritude baiana chegaram às dependências do Museu do Estado. Na qualidade de curador, José do Prado Valladares não só pautou a exibição ao público de itens da cultura popular, que era afro-descendente, como também os incluiu no programa educativo do museu. “Esta nova elaboração da cultura baiana”, afirma Romo (p.98), “foi usada para remover a Bahia das margens e inseri-la de volta na identidade nacional”. Em consonância com o Estado Novo, essa forma de representar a Bahia possuía duplo apelo: servia para aproximar os estadunidenses (ou estrangeiros) interessados em conhecer os meandros da convivência – supostamente – cordial dos brasileiros, e reanimava a imagem da Bahia como ninho (mestiço e, portanto, afro-descendente) da nacionalidade, deixando de lado as figuras da mulata velha e do ‘zé-povinho’. A reação não tardou e evidenciou ser a elite baiana “incapaz de conceber a tradição em um modo alternativo ao reflexo de sua cultura idealizada específica” (p.92). Em artigo publicado na imprensa em 1941, Elísio de Carvalho Lisboa censurou o ecletismo do museu e advogou a preservação do passado de grandeza de seus ancestrais, exatamente aqueles que sabiam como dividir a Bahia em grupos raciais, apesar de praticarem a mestiçagem (e se ufanar com ela, em ocasiões propícias). Na sequência, observa Romo (p.110) que o museu “combinou o pior de todos os mundos”: evocando nostalgicamente o tempo em que negros eram escravos, também varreu para a reserva técnica a evidência material de sua contribuição para a sociedade.

Cabe recordar, aqui nesta resenha, dois outros museus baianos. O engenho Freguesia, instituído pelo então governador Luiz Viana Filho (1967-1971), cujo espírito cavalheiresco, rezam seus acólitos, compreendeu que a Bahia nada de mais atraente podia oferecer aos seus visitantes. E o Costa Pinto, outro caso de lhanza entre o governo (no caso, Antônio Carlos Magalhães, 1971-1975) e as boas famílias do estado. Não obstante os balangandãs expostos no Costa Pinto, as demais seções estão armadas como que para atender o artigo de Carvalho Lisboa. Roma Negra que se cuidasse, e que se cuide. Atenas não cai fácil.

Aquele apelo aos visitantes estrangeiros para virem à Bahia frutificou, e esse é o tema do capítulo 4, de inestimável importância para o leitor. Um deles, Donald Pierson, pode ter antecipado os termos do enigma brasileiro. A alegoria da Salvador cidade medieval (recolhida em igrejas, defensora de nobres brasões, devota ao sangue culto – indiferente ou contrária à modernidade), cercada por aldeias africanas (os mocambos, os terreiros, os batuques, os remanescente de quilombos), cidade “culturalmente passiva” (Freyre, 1990, p.31), permite, novamente, pensar a capital soteropolitana como cidade lusa no além-mar. Quando a isso se soma o presumível dom – a arte de fazer os diferentes conviverem com sabor e apreço, sem apartes – que parece distinguir os brasileiros (e os baianos) como um povo, a sedução da Roma Negra está pronta para tomar as vistas de quem dela se aproxime. Em um mundo que ia febril pelas vias do industrialismo (armamentista, inclusive), o passado parecia dar-se, intacto, à observação científica, em Salvador. Mesmo negando a existência de barreiras sociais, Pierson captou-lhe as polarizações sociais – e de classe – entre brancos negros (p.113, 177). Contudo, Romo (p.116, 118) identificou bem o inevitável problema da pesquisa de Pierson: o de ter transformado o racismo em uma nota de pé de página, ou ter se iludido que racismo praticado com sorriso deixa de sê-lo. Uma ‘mentira branca’.

A autora então aborda a chegada de uma segunda pesquisadora – Ruth Landes – a Salvador. Mesmo comungando do ponto de partida de Pierson (a inobservância de tensões

raciais), Landes ocasionou, com o tempo, novidades. Com habilidade analítica, Romo as indica ao leitor. A primeira é a narrativa heterodoxa e vanguardista de Landes, que parece ter decorrido de seu estado de suspensão no tempo e no espaço, estado de choque – ou de graça – ao desembarcar numa Salvador dita “colonial”. A segunda novidade foi sua corajosa afirmação do dinamismo cultural do candomblé, que em nada pedia do pesquisador a atitude de um colecionador de itens materiais sobreviventes ao passado; a terceira, a presença do poder das mulheres e a insinuação dos homossexuais nos terreiros. Anadelia nota uma quarta novidade em Landes: sua percepção dos desafios que o inexorável ocaso demográfico dos africanos residentes em Salvador e a progressiva instalação da “modernidade” traziam (p.120-123). Como os afro-descendentes iriam preservar a herança africana? Essa é uma pergunta que o livro ajuda a responder sem apelo ao determinismo.

A essa altura, a autora sustenta o interesse da leitura ao desfiar a intrincada trama que opôs Landes, Edison Carneiro, E. Franklin Frazier, de um lado, e Arthur Ramos e Herskovits de outro. O capítulo se encerra investigando o apoio de parte da intelectualidade baiana à tese da sobrevivência do passado africano, quase que à flor da pele. O livro nos faz indagar, então, se esta é, ainda, a pauta do debate: dinamismo e diferenciação ou estabilidade e sinonímia. Mestiça ou castiça, é a Roma Negra que se constitui. Por causa dela, bem antes do brasilianismo estadunidense instigado pelo sucesso da revolução cubana, a Bahia atraiu a atenção. Este axé é o ímã, aliás, a que Pierre Verger se entregou ao pôr os pés em Salvador em 1946, não conseguindo mirar sua câmera fotográfica na direção de pessoas de cores anêmicas. A Roma Negra, portanto, não se sobressaía apenas diante dos estadunidenses.

O quinto e último capítulo aborda, em seu centro, a questão do tradicional e do moderno. Com sagacidade, a autora logo afirma que, do pós-guerra em diante, com a volta da paz e da democracia, os baianos se armaram para o novo cenário brasileiro e mundial tendo em mente “retomar o seu *status* nacional ao celebrarem o passado”. Para tal, tiveram de mudar a própria imagem que muitos baianos tinham da Bahia. De um lugar visto como atrasado (inclusive pelos próprios baianos), a Bahia passou a ser representada como um “santuário”, preservado dos avanços destruidores da modernidade (p.135, 149). Cabe notar aqui que, nesse sentido, o governo de Otávio Mangabeira (1947-1951) consistia em uma restauração de tradições – tradições atenienses, diga-se logo (não obstante o meio-irmão do governador ser o pai de santo Eduardo Ijexá). Evidentemente, o contraste era com São Paulo, diferença que não escapa ao olhar de Romo (p.148): a terra paulista se corrompia ao rumar para o industrialismo capitalista (um polo irrefutável da “modernidade”). A Bahia apascentava o berço esplêndido da história nacional. São Paulo era a ruptura de racionais métodos estadunidenses em um país escravizado pela enxada (Negro, 2004).

A percepção de Romo sobre os intelectuais envolvidos nesse processo é acurada e sensível. Ela faz o leitor perceber o elitismo de Anísio Teixeira, membro do secretariado de Mangabeira. No projeto Unesco, que liderou em parceria com seus contatos estadunidenses, Anísio via a modernização como uma chance de superar a “tradição cultural afro-brasileira que ele julgava inferior”. O leitor também é apresentado a Harry William Hutchinson, cujo estudo sobre uma usina de açúcar no Recôncavo é “o mais extremo exemplar deste retrato idealizado do passado” imutável, paternalista e senhorial. E se depara também com o antropólogo soteropolitano Thales de Azevedo, mestre na arte de conciliar as evidências do racismo à

brasileira com a assertiva de inexistir preconceito racial entre os brasileiros. Aparecem, outrossim, Edison Carneiro e Guerreiro Ramos, opondo-se à promoção da africanidade dos negros como um meio de evitar a efetividade de sua cidadania (o que talvez possa ter sido a estratégia do governador Juracy Magalhães ao promover o Congresso Afro-Brasileiro de Salvador). Com argúcia, Romo percebe que, na boa terra preservada dos males da modernidade (a luta de classes, por exemplo), há a nostalgia dos herdeiros da açucarocracia, saudosos de “quando a Bahia dominava a política brasileira, e seus ancestrais dominavam a economia baiana e os escravos” (p.140, 145, 146, 153, 158).

Pode-se, antes de concluir, apontar uma lacuna: se as disputas culturais são responsáveis por recuperar a importância que o declínio da economia baiana e suas desambiciosas elites açucareiras causaram (Pinho, 1982, p.502), será um pouco difícil ao leitor vislumbrar algo além das representações que buscam pintar a Bahia para o forasteiro. É como se a sua história ganhasse importância, no século XX, por causa de sua ancestralidade, havendo pouco de notável afora a referência ao passado. É como se, outrossim, os de baixo possuíssem protagonismo no terreiro e não na vida econômica ou política. “Os negros na Bahia”, afirma Romo (p.49), “eram uma subclasse separada nos anos 1930, economicamente, socialmente e politicamente”. Nesse caso, permaneceriam no ar os ventos da Escola de Chicago (soprados por Pierson e Landes, dentre outros). As tensões aparecem claras, mas remetidas à defesa da cultura negra contraída no passado. Na falta da “modernidade”, os de baixo não protagonizam processos históricos “modernos”.

De todo modo, ao leitor não faltarão as agudas observações tecidas pela autora. Sem exauri-lo com uma intensa e detalhada pesquisa de fontes primárias, Anadelia Romo se saiu muito bem no enfrentamento das dificuldades para o estudo da Bahia republicana. Superou o problema do acesso às fontes e, mais que isso, ultrapassou a perspectiva que lança sobre sua história os estigmas do atraso e da marginalidade, acompanhados do supremo e incontestado domínio das elites, em qualquer momento ou lugar.

Se Roma Negra bateu Atenas, gravando a negritude afro-descendente na nacionalidade dos brasileiros – e é isso o que o livro mostra –, as classes subalternas da Bahia, por outro lado, não gozam de bem-estar social, o que parece ser um privilégio de classe dos brancos. Dizemos brancos apesar da intensa mestiçagem, pois as elites ou são brancas ou são embranquecidas. Logo, no lugar de afirmar a Bahia e o Brasil como lugar idílico – sem interdições raciais –, o livro de Romo ajuda o leitor a entender melhor a perícia dos sábios homens brancos que herdaram a América portuguesa e a transformaram no estado-nação do Brasil. O que o conquistador luso parece ter ensinado seus herdeiros a fazerem não foi o *apartheid*, mas sim não ter medo de misturar-se com as negras, pois isso (e aí está sua sapiência) não os faria cair na hierarquia social.

Vitoriosos na cultura, os negros continuam entre os mais sem instrução e os mais desfavorecidos. E, óbvio, estão encarregados dos piores afazeres. A mais lusitana das cidades no além-mar parece ter feito o seu dever de casa: ensinar (e glorificar-se com) a ascensão individual do negro enquanto detém seu progresso como grupo. Que não se ignore o enigma brasileiro: enquanto nutre o amálgama das raças, mantém um estável gradiente de cores, nas classes sociais e nas elites do poder, separando negros de brancos. Que não se ignorem também os sujeitos históricos da Roma Negra, presentes e atuantes no museu vivo da Bahia.

NOTAS

¹ O livro é uma versão revista, modificada e ampliada da tese da autora, *Race and reform in Bahia: primary education, 1888-1964*. Ver Romo, 2004.

² Nesta e nas demais citações, a tradução é livre.

³ Embora notórias, as disputas entre Salvador e Recife não aparecem em Freyre (1944, 1990), textos nos quais o pernambucano é um enamorado – correspondido – da Bahia.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Thales de; CONSORTE, Josildeth; MAIO, Marcos C.
Thales de Azevedo: desaparece o último dos pioneiros dos antropólogos brasileiros de formação médica. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.133-171. 1996.

AZEVEDO, Thales de.
Povoamento da cidade de Salvador. Salvador: Fundação Pedro Calmon. 2009.

FREYRE, Gilberto.
Na Bahia em 1943. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas. 1944.

FREYRE, Gilberto.
Bahia e baianos. Salvador: Fundação das Artes; Egba. 1990.

NEGRO, Antonio Luigi.
Linhas de montagem. O industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores. São Paulo: Boitempo. 2004.

PINHO, Wanderley.
História de um engenho do Recôncavo. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1982.

ROMO, Anadelia.
Race and reform in Bahia: primary education, 1888-1964. Tese (Doutorado) – Graduate School of Arts and Science, Harvard University, Cambridge. 2004.

